

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Sandra Alves Reis de Queiroz
Iara Vieira Guimarães*

Introdução

Pensar uma epistemologia da Educação Ambiental (EA) em tempos de crise ambiental aprofundada e em um mundo marcado pela complexidade requer um exame atento sobre a natureza, a origem e a validade do conhecimento nessa área. Isso implica refletir criticamente sobre como o campo ambiental é construído, reconhecido e legitimado, considerando as múltiplas dimensões — científicas, econômicas, culturais, éticas e políticas — que atravessam as questões socioambientais contemporâneas.

É fundamental questionar quais conhecimentos são valorizados, de que formas eles contribuem para a compreensão das inter-relações entre sociedade e natureza e como promovem a formação de sujeitos frente aos desafios ecológicos, sociais e políticos atuais. Compreender essas relações demanda romper com visões reducionistas, abrindo espaço para uma abordagem que valorize a complexidade, o pensamento crítico e o reconhecimento de diferentes formas de saber.

Uma epistemologia da Educação Ambiental deve, portanto, reconhecer a pluralidade de saberes e conhecimentos produzidos. Além disso, deve fomentar uma compreensão integrada sobre o meio ambiente e suas complexas dinâmicas, promovendo uma reflexão sobre o papel das relações humanas na produção das crises ecológicas e na busca por alternativas, caminhos e posicionamentos frente aos desafios ambientais no sentido da cidadania ativa (Layrargues e Sato, 2025).

Neste texto, discutiremos os caminhos epistemológicos desafiadores que se impõem à análise da agenda educativa para a formação de crianças no ensino fundamental. Pensar nas infâncias que se desenvolvem em meio à emergência climática e a tantos outros problemas ambientais urgentes e prementes é imprescindível, pois essas crianças viverão (já vivem) as consequências dessas crises e, quem sabe, poderão vislumbrar soluções e criar trilhas para habitar um mundo em transformação. Trata-se, portanto, de refletir sobre como a educação pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade ambiental, atuar de forma cidadã e construir alternativas para um presente/futuro.

Este texto caracteriza-se como um ensaio teórico, no qual buscamos refletir criticamente sobre os desafios epistemológicos da Educação Ambiental (EA) na formação de crianças do ensino fundamental. Para isso, acionaremos uma bibliografia fundamental sobre Educação Ambiental, que nos permite problematizar e aprofundar

a compreensão das questões que atravessam a infância e da escola de ensino fundamental em tempos de colapso ambiental.

Como um ensaio, optamos por dialogar com textos que, em nossa visão, oferecem aportes teóricos significativos para pensar a complexidade das relações entre sociedade e natureza, bem como para discutir a construção de saberes que valorizem a formação das crianças frente aos desafios ambientais contemporâneos.

Nosso objetivo é provocar reflexões e tensionamentos sobre como a Educação Ambiental pode contribuir para formar sujeitos capazes de compreender criticamente o mundo em que vivem e de agir de maneira transformadora em relação às questões socioambientais. Assim, a escolha dos textos e autores se deu com base em sua relevância para nutrir esse debate e fortalecer a construção de uma discussão teórica no campo da Educação Ambiental e a formação das crianças dos anos iniciais de escolarização.

Educação Ambiental: diferentes vertentes de análise

De acordo com Layrargues e Lima (2014), a Educação Ambiental (EA) no Brasil caracteriza-se por uma significativa fragmentação e por uma ampla pluralidade de caminhos interpretativos e abordagens. Os autores reconhecem que essa diversidade é resultado das diferentes compreensões sobre a relação entre sociedade e natureza, das múltiplas influências teóricas e das distintas práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo.

Contudo, para fins de análise e sistematização, os autores propõem compreender o campo da EA por meio de macrotendências político-pedagógicas, que permitem identificar orientações mais amplas e recorrentes nas práticas e discursos educativos. Essas macrotendências não pretendem esgotar a complexidade do campo, mas funcionam como uma chave analítica útil para reconhecer as principais perspectivas que orientam a Educação Ambiental no Brasil.

Essa abordagem didática contribui para visualizar como determinadas correntes teóricas e práticas pedagógicas se consolidaram e disputam espaço na formação de sujeitos e na construção de políticas públicas. Os autores propõem a organização epistemológica do campo em três vertentes: a conservadora, a pragmática e a crítica.

A **abordagem conservadora** na Educação Ambiental (EA) está centrada em práticas pedagógicas voltadas para a conservação da natureza e para a adaptação das sociedades humanas aos limites impostos pelo meio ambiente. Essa perspectiva, em geral, enfatiza ações individuais, mudanças de comportamento e a preservação de recursos naturais, sem, contudo, questionar de forma mais profunda as causas estruturais das problemáticas ambientais.

Trata-se de uma vertente que tende a despolitizar os debates ambientais, focando em soluções técnicas e práticas imediatistas, como o consumo consciente, a

reciclagem ou o plantio de árvores. Embora essas ações sejam importantes, a abordagem conservadora é criticada por não problematizar as relações socioeconômicas e políticas que sustentam as desigualdades ambientais e que perpetuam o modelo de exploração dos recursos naturais.

Nesse sentido, essa tendência é vista como limitada, uma vez que prioriza a manutenção da ordem vigente, sem questionar os padrões de produção e consumo que geram impactos socioambientais. Layrargues e Lima (2014) argumentam que essa visão contribui para uma compreensão superficial dos problemas ambientais, restringindo a EA a práticas de cunho moral e disciplinador, em vez de promover uma reflexão crítica e transformadora sobre as questões socioambientais.

Por sua vez, a **vertente pragmática** da EA, segundo Layrargues e Lima (2014), caracteriza-se por uma abordagem voltada para a busca de soluções práticas e viáveis para os problemas ambientais, com foco na gestão eficiente dos recursos naturais e na mitigação dos impactos socioambientais. Essa perspectiva reconhece a gravidade das crises ambientais, mas propõe estratégias adaptativas e gerenciais, geralmente articuladas a políticas públicas, programas institucionais e iniciativas de desenvolvimento sustentável.

A vertente pragmática valoriza o diálogo entre diferentes atores sociais — como governos, empresas, organizações não governamentais e comunidades — e aposta na educação para promover a participação social e a corresponsabilidade na gestão ambiental. Contudo, essa tendência tende a priorizar ações de caráter técnico-operacional, muitas vezes orientadas por critérios econômicos e de viabilidade imediata, o que pode limitar a compreensão crítica das raízes profundas das problemáticas ambientais. A defesa da reciclagem de resíduos, talvez seja um exemplo contundente dessa vertente.

Embora contribua para a implementação de práticas educativas e políticas de gestão ambiental, essa abordagem é criticada por, em certos contextos, não questionar suficientemente as lógicas de mercado e os padrões de desenvolvimento que geram desigualdades e degradação ambiental. Assim, ainda que busque a construção de consensos e soluções negociadas, pode acabar reforçando adaptações pontuais ao invés de promover transformações estruturais necessárias para enfrentar as causas sistêmicas das crises ambientais.

Já a **vertente crítica** da Educação Ambiental, conforme discutido por Layrargues e Lima (2014), propõe uma abordagem reflexiva e politizada, centrada na análise das causas estruturais da crise socioambiental. Essa perspectiva entende que os problemas ambientais estão intrinsecamente ligados às desigualdades sociais, às relações de poder e às dinâmicas econômicas e políticas que moldam as formas de exploração dos recursos naturais e a organização das sociedades.

Diferente das abordagens conservadora e pragmática, a vertente crítica busca ir além das soluções pontuais ou adaptativas, propondo o questionamento sobre as estruturas socioeconômicas responsáveis pela degradação ambiental. Trata-se de uma perspectiva que valoriza a formação de sujeitos críticos e politicamente ativos, capazes

de questionar modelos de desenvolvimento predatórios, práticas capitalistas de exploração e lógicas de consumo insustentáveis.

Essa vertente defende uma Educação Ambiental (EA) que estimule o debate, a problematização e a participação social, promovendo a reflexão sobre a necessidade de mudanças profundas nas relações entre sociedade e natureza. Além disso, reconhece a importância de valorizar saberes diversos — incluindo conhecimentos tradicionais e populares — e de fomentar a construção coletiva de alternativas, baseadas em princípios de justiça socioambiental e equidade. Assim o enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos não pode se dar apenas por meio de práticas individuais, mas, sobretudo, pela compreensão das inter-relações entre economia, política, cultura e meio ambiente, e pela busca de soluções coletivas e emancipadoras.

Neste breve painel, é possível vislumbrar que a EA se configura como um campo profundamente político e permeado por debates acirrados. Trata-se de um espaço de múltiplas propostas, embates e dilemas, no qual diferentes perspectivas teóricas e práticas disputam sentidos e estratégias para enfrentar as complexas questões socioambientais contemporâneas (Loureiro, 2004, Jacobi 2005, Carvalho 2012). São muitas as defesas e contra defesas que se articulam em torno das concepções sobre o que é, para que serve e como deve ser conduzida a Educação Ambiental.

Quando refletimos sobre as práticas pedagógicas no âmbito da EA, observamos uma verdadeira proliferação de propostas e disputas. Diferentes caminhos se desenham, ao lado de muitos descaminhos, revelando a complexidade e, por vezes, a fragmentação das abordagens educativas. Como bem assinalou Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), trata-se de um campo em que “os caminhos e descaminhos se entrecruzam”, exigindo constante vigilância epistemológica e política para evitar reducionismos e simplificações.

Portanto, pensar a Educação Ambiental requer reconhecer esse cenário de tensão e disputa, em que práticas pedagógicas podem tanto reforçar discursos hegemônicos e conservadores quanto abrir possibilidades para uma formação crítica, emancipatória e transformadora. Nesse contexto, a análise das tendências político-pedagógicas se torna essencial para compreender os sentidos atribuídos às práticas educativas e as implicações que elas carregam para a formação de sujeitos críticos e engajados frente às urgências ambientais do nosso tempo, bem como à formação de professores (Tristão, 2004).

A Educação Ambiental nas escolas de Ensino fundamental

Vivenciar e construir a Educação Ambiental (EA) com os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental é uma experiência enriquecedora e, ao mesmo tempo, desafiadora tanto para as crianças quanto para os professores. A abordagem da EA nessa etapa da escolarização exige metodologias que dialoguem com as especificidades

do desenvolvimento infantil, promovendo o pensamento socioambiental desde os primeiros anos de vida.

De acordo com a legislação educacional vigente, o Ensino Fundamental compreende nove anos de escolaridade, abrangendo do 1º ao 9º ano, e está organizado em dois ciclos: os Anos Iniciais, que vão do 1º ao 5º ano, destinados a crianças de 6 a 10 anos de idade; e os Anos Finais, que vão do 6º ao 9º ano, voltados para estudantes de 11 a 14 anos. Sendo a etapa mais longa da Educação Básica, o Ensino Fundamental tem como principal objetivo a formação básica do cidadão, desenvolvendo as suas capacidades de aprendizagem e compreensão do mundo (Brasil, 2018).

A implementação da EA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é essencial e deve ocorrer de forma contínua e contextualizada. A EA não pode se restringir a ações pontuais ou isoladas, mas precisa estar integrada ao currículo escolar, às experiências das crianças e à realidade socioambiental em que estão inseridas, garantindo uma abordagem significativa e transformadora.

Contudo, a realização dessa tarefa não é simples. A implementação de propostas significativas enfrenta inúmeros desafios, especialmente no contexto das escolas públicas, que atendem à grande maioria das crianças no Brasil. Segundo Lima e Torres (2021, p. 10):

Os diagnósticos e as análises sobre a EA escolar, ao longo das últimas décadas, convergem em torno de limites como a rigidez curricular; a precária formação dos professores; o exercício de uma interdisciplinaridade incipiente; uma prática pedagógica conteudista e pouco dialógica; uma abordagem biologicista e comportamentalista dos problemas ambientais; a escassa incorporação das dimensões políticas e éticas do fenômeno ambiental; a descontinuidade dos projetos escolares e a distância das comunidades do entorno, dos problemas locais e dos conflitos socioambientais.

Sem dúvida a falta de infraestrutura adequada, a carência de materiais didáticos específicos, a superlotação das salas de aula, a sobrecarga docente e a ausência de uma formação continuada que contemple a Educação Ambiental (EA) de maneira crítica e interdisciplinar são alguns dos entraves que dificultam a implementação de práticas pedagógicas significativas. O contexto de precarização da educação pública, que impõe desafios estruturais aos docentes e limita o desenvolvimento de projetos contínuos e contextualizados, é um fator limitador do alcance da EA na formação das crianças.

Assim, embora frequentemente apresentada como um processo fundamental para a formação de cidadãos críticos em relação ao meio ambiente, sua implementação no contexto educacional enfrenta desafios estruturais que limitam seu potencial formativo.

Segundo Dias (2004), a Educação Ambiental não deve se restringir à transmissão de conhecimentos sobre ecologia, mas sim promover mudanças profundas nos valores e comportamentos no âmbito social. No entanto, essa perspectiva, quando tratada de forma despolitizada, corre o risco de reforçar

abordagens individualistas e reducionistas, que não questionam as causas estruturais da crise ambiental.

A Educação Ambiental possui um caráter contínuo e interdisciplinar, podendo ser integrada a todas as disciplinas sem impor limites aos estudantes. Entretanto, ao mesmo tempo em que se afirma sua importância, observa-se que sua prática nas escolas frequentemente se reduz a atividades pontuais e desconectadas do currículo, sem um comprometimento com a formação de sujeitos críticos e engajados na transformação socioambiental. Ainda que, por si só, a Educação Ambiental não seja capaz de solucionar os complexos desafios ambientais globais, sua relevância reside na possibilidade de fomentar um pensamento crítico que questione as relações de poder, os impactos do modelo econômico vigente e as injustiças socioambientais que perpetuam a crise ecológica.

Diante de um cenário global marcado por crises ambientais cada vez mais intensas — como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição —, torna-se urgente que a EA vá além de um trabalho superficial. No Brasil, a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece sua obrigatoriedade e reforça seu caráter transversal e interdisciplinar em todos os níveis de ensino. Segundo o artigo 1º da referida lei:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Por sua vez, Sauv  (2005) defende que a Educação Ambiental (EA) deve ser compreendida como uma educação para a cidadania, estimulando a reflexão crítica e a ação transformadora diante das injustiças socioambientais. No entanto, a EA muitas vezes é reduzida a práticas conservacionistas e comportamentais, que culpabilizam os indivíduos sem questionar as grandes estruturas que sustentam a degradação ambiental. Para que a Educação Ambiental cumpra seu papel, é imprescindível que ela seja tratada como um instrumento político e pedagógico de enfrentamento às desigualdades, promovendo uma abordagem crítica e comprometida com a justiça socioambiental.

Assim, como construir projetos ambientais nas escolas que realmente avancem para uma abordagem crítica e que promovam uma compreensão mais ampla das questões socioambientais? Esse é um dos desafios mais urgentes para os professores.

Desenvolver a EA com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental é um desafio pedagógico que exige reflexões profundas sobre a abordagem adotada. A questão central reside em como articular uma EA crítica, que vá além das perspectivas conservadora e pragmática, frequentemente presentes nas práticas escolares. Enquanto a primeira enfatiza o amor à natureza sem problematizar as relações socioambientais e as desigualdades estruturais, a segunda tende a reduzir a EA a soluções de mercado, como a reciclagem e o consumo sustentável, sem questionar os sistemas produtivos e econômicos que perpetuam e aumentam a crise ambiental.

Para evitar que a EA nos Anos Iniciais se limite a ações pontuais ou a práticas despolitizadas, é essencial adotar estratégias que integrem a reflexão sobre as dimensões sociais, políticas e econômicas da crise ambiental. Isso significa que a EA não deve ser apresentada apenas como um conjunto de boas práticas individuais, mas como um campo de conhecimento que permite às crianças compreenderem a relação entre meio ambiente, desigualdade e justiça social.

Atividades lúdicas e interativas podem ser aliadas fundamentais para abordar temas como acesso desigual aos recursos naturais, impacto das grandes indústrias e os efeitos das mudanças climáticas, por exemplo, sempre respeitando a faixa etária dos estudantes. Histórias, jogos, atividades sensoriais, filmes, diferentes textos e produções midiáticas e projetos interdisciplinares podem ser utilizados para estimular a curiosidade e, ao mesmo tempo, promover uma visão crítica sobre o mundo.

Além disso, a escola pode se tornar um espaço de experimentação e vivência de práticas socioambientais que não apenas reproduzam discursos, mas que envolvam as crianças na construção de alternativas concretas. Um exemplo disso é a criação de hortas escolares ou pequenos jardins que podem ensinar sobre cultivo, mas que também gerem debates sobre o uso da terra, a segurança alimentar e o impacto do agronegócio. Da mesma forma, projetos de coleta de resíduos podem ser pensados para questionar a produção e o consumo desenfreados, indo além da reciclagem como única solução e questionando o papel das grandes empresas poluidoras. Dessa maneira, os professores podem estruturar práticas que estimulem a criticidade, sempre considerando a realidade e a capacidade cognitiva das crianças, mas sem subestimar sua capacidade de compreender o mundo de forma ativa.

A organização do espaço escolar é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento efetivo da Educação Ambiental (EA) na escola. O espaço ensina, comunica valores e influencia diretamente a relação das crianças com o meio ambiente. Para que a EA seja significativa, é fundamental que o ambiente escolar seja acolhedor, estimulante e integrado à natureza, possibilitando experiências concretas que despertem o senso de pertencimento e de cuidado com o mundo.

A criança deve ser protagonista na construção desse espaço, participando ativamente da criação e manutenção de ambientes vivos dentro da escola. Canteiros, hortas, jardins, murais com obras das próprias crianças e espaços interativos proporcionam um contato mais próximo com a natureza e a autoria infantil, produtora de espaço. Além disso, promovem vivência sensorial e estética que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento de um pensamento ambiental crítico. Um espaço escolar árido, cimentado, de paredes frias e sem qualquer produção criativa revela muito sobre a concepção pedagógica adotada e, principalmente, sobre o grau de compromisso da escola com práticas significativas de EA.

A transformação do espaço escolar em um ambiente vivo e participativo não é apenas uma questão estética, mas um aspecto central para consolidar uma Educação Ambiental (EA) crítica. Um espaço que valoriza a arte, a biodiversidade e a participação coletiva pode fortalecer a experiência educativa e contribuir para que crianças e toda a

comunidade escolar se envolvam ativamente em processos de aprendizagem ambiental transformadores.

Portanto, para desenvolver uma EA crítica nos Anos Iniciais, é necessário romper com abordagens que naturalizam os problemas ambientais e oferecer às crianças a oportunidade de compreenderem o meio ambiente como um campo de disputa e transformação social. Isso exige que os professores estejam preparados para problematizar os conteúdos ambientais e evitar simplificações, contribuindo para a formação de cidadãos que, desde a infância, percebam-se como agentes de mudança. Esse é o grande desafio da Educação Ambiental (EA) na escola: ser um espaço de formação emancipatória que não apenas ensine a cuidar/amar a natureza, mas que revele as relações de poder que estruturam a crise ambiental e social em que vivemos.

A formação de professores e a participação da comunidade escolar são fatores essenciais para o desenvolvimento efetivo da EA com as crianças. No entanto, um dos principais obstáculos nesse processo é a falta de formação específica dos docentes para abordar questões ambientais de forma crítica e integrada ao currículo escolar. Como aponta Jacobi (2005), muitos educadores não possuem conhecimentos aprofundados sobre as questões ambientais, tampouco sabem como incorporá-las em suas práticas pedagógicas de maneira transversal e significativa. Essa questão resulta, muitas vezes, em abordagens superficiais ou reducionistas da EA, limitadas a ações pontuais e descontextualizadas. Para superar esse desafio, é fundamental investir na formação continuada dos professores, proporcionando cursos, oficinas e espaços de troca que articulem aspectos teóricos e práticos da EA, incentivando experimentações pedagógicas que estimulem a reflexão crítica e a participação ativa dos estudantes.

Por sua vez, a escassez de recursos materiais e financeiros nas escolas públicas representa um dos principais entraves para a implementação efetiva da EA. A ausência de materiais didáticos específicos, a precariedade da infraestrutura e a falta de investimento comprometem a realização de projetos. Essa realidade não pode ser naturalizada, pois reflete um cenário de desigualdade educacional que impede a construção de uma EA significativa e articulada com os desafios socioambientais contemporâneos.

Diante desse contexto, torna-se essencial mobilizar esforços para enfrentar essas dificuldades, exigindo não apenas investimento estatal, mas também a construção de parcerias estratégicas com universidades, organizações da sociedade civil e demais atores comprometidos com a democratização do conhecimento ambiental. No entanto, é fundamental que tais parcerias não reforcem uma perspectiva mercadológica da EA, reduzindo-a a práticas pontuais ou campanhas superficiais. Ao contrário, é preciso que essas articulações estejam alinhadas a uma visão crítica e emancipatória.

Assim, a luta pela efetivação da EA nas escolas públicas deve ir além da reivindicação por infraestrutura e materiais; ela precisa envolver um debate mais amplo sobre políticas educacionais, financiamento público e o papel da escola na formação de cidadãos críticos e engajados na transformação socioambiental.

Outro aspecto crucial para o fortalecimento da Educação Ambiental (EA) na escola é a participação ativa da comunidade escolar e das famílias. Envolver os pais e a comunidade nas ações ambientais amplia o impacto das iniciativas e favorece a construção de processos que ultrapassam os muros da escola. A EA, nesse sentido, deve ser vista como um instrumento de mobilização social. Para que isso aconteça, é necessário que as escolas incentivem o diálogo com a comunidade, promovendo eventos, rodas de conversa e projetos que estimulem a ação coletiva. Essa interação entre escola e comunidade fortalece o papel da EA como um vetor de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais crítica e comprometida com a justiça socioambiental.

As crianças e o colapso ambiental

Há quem diga que nós, jovens, somos a esperança. Que vamos salvar o mundo. Mas não é verdade, não o faremos. Não há tempo para esperar que a gente cresça. Precisamos agir imediatamente diante da crise climática.

Greta Thunberg

Colapso ambiental, emergência climática, ecocídio, pontos de não retorno... São muitos os termos que escancaram a gravidade da crise ambiental que se desenrola no século XXI. Essas expressões não são meras abstrações acadêmicas ou retóricas alarmistas; ao contrário, elas sintetizam um conjunto de interpretações e diagnósticos que denunciam, de forma contundente, os impactos destrutivos do modelo econômico dominante. Cada um desses conceitos revela uma somatória de movimentos interpretativos que desafiam a noção tradicional de desenvolvimento sustentável, expondo suas contradições e seus limites. Em vez de representar um equilíbrio possível entre progresso econômico e conservação ambiental, o desenvolvimento sustentável tem sido utilizado, muitas vezes, como um discurso legitimador para a continuidade da exploração desenfreada dos recursos naturais, disfarçando a magnitude da crise socioambiental.

O conceito de *pontos de não retorno*, por exemplo, alerta para a irreversibilidade de certos processos de degradação ambiental, como o derretimento das calotas polares, a acidificação dos oceanos e o esgotamento da biodiversidade. Esses fenômenos não são meros "efeitos colaterais" do crescimento econômico, mas sim sintomas de um sistema que ultrapassou os limites biofísicos do planeta. O capitalismo, impulsionado por uma lógica extrativista e acumulativa, está cruzando a linha de chegada da sua própria inviabilidade ecológica. O *ecocídio*, termo que expressa a destruição deliberada e sistemática dos ecossistemas, não é um evento isolado ou resultado de desastres naturais esporádicos, mas uma engrenagem da economia global. O planeta Terra está sendo transformado em um espaço cada vez mais hostil para a vida, não por uma fatalidade natural, mas como consequência direta de decisões políticas e econômicas

que priorizam o mercado e o crescimento econômico em detrimento do bem-estar coletivo.

Diante desse cenário, não se mostra prudente continuar ignorando o fato de que a emergência climática e a crise ambiental não são ameaças futuras, mas uma realidade presente. A crise ambiental do século XXI não se resume a eventos climáticos extremos ou à degradação da natureza; ela é, antes de tudo, uma crise civilizatória, que questiona os fundamentos do modelo de produção e consumo que sustentam o capitalismo global. O futuro do planeta não será definido apenas por inovações tecnológicas ou por ajustes no mercado, mas pela capacidade de reimaginar um modo de vida que respeite os limites da Terra e as múltiplas formas de existência que nela habitam.

As palavras de Greta Thunberg, mostradas na epígrafe, carregam um tom alarmista e estão fortemente ligadas à visão do colapso ambiental, denunciando a inação dos líderes globais diante da emergência climática. Sua trajetória chama atenção não apenas pelo conteúdo de suas falas, mas também pelo fato de que ela precisou sair do espaço escolar para construir uma forma de protesto legítima e engajada em defesa da pauta ambiental. Essa situação parece, à primeira vista, contraditória. Afinal, a escola não deveria ser um espaço de questionamento, luta e protesto? Por que, então, uma jovem precisou abandonar temporariamente a sala de aula para que sua voz fosse ouvida?

Essa reflexão pode levar os educadores a repensarem o papel da Educação Ambiental (EA) na escola e a forma como ela é trabalhada com as crianças. A escola, como sabemos, não lida bem com o pensamento insubordinado e de protesto. A escola também parece não lidar bem com o protagonismo infantil, constituindo-se como um espaço de construção de resistência, de reflexão sobre as desigualdades de incentivo à participação política desde a infância.

O caso de Greta Thunberg evidencia que, muitas vezes, o próprio sistema educacional falha em proporcionar um lugar onde as crianças e os jovens possam expressar suas inquietações e agir diante dos desafios do mundo contemporâneo. Dessa forma, cabe aos educadores questionarem: estamos formando estudantes que apenas repetem discursos sobre sustentabilidade ou estamos incentivando sujeitos que compreendem os conflitos ambientais e se sentem capazes para agir?

Talvez seja importante para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) nos anos iniciais recuperar o conceito de criança como sujeito histórico e de direitos, ativo, socialmente situada, produtora de culturas que emergem dos processos de interação com seus pares e com a cultura do meio no qual está inserida.

Para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é essencial recuperar a concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, ativo e socialmente situado. A criança não é apenas receptora de conhecimentos, mas produtora de culturas e saberes que emergem de suas interações com seus pares e com o meio sociocultural em que está inserida.

As crianças são agentes ativos na construção da sociedade, participando ativamente por meio da interação e da comunicação com seus pares, com os adultos e com o meio em que estão inseridas (Sarmento, 2005; Qvortrup, 2011). Ao expressarem suas percepções sobre a natureza e as questões socioambientais, elas não apenas aprendem, mas também influenciam suas famílias e comunidades, muitas vezes sendo catalisadoras de mudanças de costumes e reflexões críticas dentro de seus lares.

Para que seu protagonismo seja efetivamente reconhecido, é fundamental que os educadores superem a visão tradicional da infância como uma fase meramente receptiva e passem a enxergar as crianças como sujeitos históricos, capazes de interpretar, questionar e transformar a realidade à sua volta. Dessa forma, a Educação Ambiental na escola pode extrapolar os limites da sala de aula, promovendo impactos concretos na sociedade por meio da voz e das ações das crianças, que, ao levar o que aprendem para seus familiares e comunidades, contribuem para a construção de um olhar mais crítico sobre a crise ambiental.

Considerações finais

A Educação Ambiental (EA) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não pode ser reduzida a um conjunto de conteúdos isolados ou a práticas pontuais e descontextualizadas. Ela deve ser concebida como uma abordagem pedagógica transformadora, que fomente o debate crítico, o enfrentamento das injustiças socioambientais. Nesse processo, as crianças não são meras receptoras de informações, mas sujeitos ativos, capazes de participar de forma significativa na construção de uma visão mais crítica e fecunda sobre os desafios contemporâneos. Para que isso aconteça, é essencial que docentes, gestores e toda a comunidade escolar estejam abertos a reconhecer e fomentar o protagonismo infantil nas questões ambientais. Essa tarefa, sem dúvida, é desafiadora, mas também imprescindível.

Diante desse cenário, é imprescindível pensar em estratégias que superem as barreiras estruturais e epistemológicas que limitam a Educação Ambiental (EA) nas escolas, garantindo que ela seja desenvolvida de maneira contínua e significativa. Isso implica investir na formação docente, promovendo um olhar interdisciplinar e problematizador sobre as questões ambientais, bem como incentivar a participação ativa da comunidade escolar, fortalecendo a relação entre escola, território e sociedade. Assim será possível formar crianças que não apenas compreendam os problemas ambientais, mas que também se percebam como agentes de mudança, capazes de influenciar suas famílias, comunidades e o mundo ao seu redor.

Ao longo desta discussão, destacamos como a EA pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, responsáveis e comprometidos com a justiça socioambiental. Desde a infância, é essencial que as práticas pedagógicas favoreçam a construção coletiva do conhecimento e estimulem a problematização das relações entre sociedade e meio ambiente. O agravamento da crise ecológica e os desafios

globais que se impõem exigem uma agenda educacional crítica. É nesse contexto que docentes e crianças devem atuar juntos, enfrentando as complexidades do mundo contemporâneo com reflexão, ação e, sobretudo, esperança.

Por mais adverso que o cenário pareça, educar é, acima de tudo, um ato de *esperançar*, como nos lembra Paulo Freire (2021). A beleza da educação está exatamente nessa capacidade de analisar o mundo em sua complexidade e, ao mesmo tempo, formar sujeitos capazes de transformá-lo. A EA nos Anos Iniciais não é apenas um compromisso pedagógico, mas um caminho essencial para construir um futuro mais justo, onde as crianças sejam protagonistas na defesa da vida.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de abr. 1999. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; SATO, Michèle. **Se o mundo vai acabar, por que deveríamos reagir?** A agenda da educação ambiental no limiar do colapso ambiental. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. **Educar em Revista**, v. 37, p. 1-20, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Proposições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), jan./abr. 2011, p. 199-211.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**. São Paulo: Annablume, 2004.